

Escravidão e alforria nas Minas Gerais do século XVIII

Vilmara Lúcia Rodrigues
Mestranda do programa de Pós-graduação da UFRJ

Desde os primórdios da ocupação das Minas Gerais, houve quem preferisse investir em atividades agropecuárias e mercantis, pois, para algumas pessoas, estes eram os meios mais seguros de se obter ouro. Esse envolvimento em atividades econômicas múltiplas foi capaz de absorver os choques das transformações ocorridas a partir da segunda metade do século XVIII, ocasião em que a produção aurífera começava a mostrar sinais de crise. A marca de 100 arrobas anuais estabelecida pela Coroa foi atingida pela última vez em 1750 e chegou ao ponto crítico de 68 arrobas na década de 1770. Este período foi tradicionalmente considerado como um período de decadência econômica, porém, na realidade, correspondeu a uma fase de consolidação das atividades produtivas voltadas para o comércio de abastecimento.

Essas mudanças resultaram no desenvolvimento de regiões como a Comarca do Rio das Mortes que, desde o início do século XVIII, especializou-se em produzir e comercializar gêneros alimentícios visando o abastecimento das áreas mineradoras. Situada na parte mais sudeste da Capitania de Minas, a Comarca possuía uma localização privilegiada, segundo Saint-Hilaire seus limites eram: a leste a comarca de Vila Rica; ao norte as de Sabará e Paracatu; a oeste as Províncias de Goiás e São Paulo e ao sul a do Rio de Janeiro.¹ A geografia da região também era favorecida pelas estradas, sua localização no centro do Caminho Novo contribuiu para caracteriza-la como importante ponto de entreposto comercial.

A agricultura de exportação e as atividades voltadas para o abastecimento, desenvolvidas nos arredores das vilas, eram o que caracterizava a Comarca.

Nos núcleos urbanos predominava a atividade comercial. As presenças de um número razoável de vendas garantiam o escoamento de produtos locais, enquanto que nas várias lojas podiam ser encontrados toda a sorte de produtos importados. Esta atividade

movimentava vilas como São João Del Rei, sede da Comarca, e com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil no ano de 1808, esta empresa agrícola-mercantil passou a ser organizada para o abastecimento da Capital.

Essa dinamização econômica foi responsável pela formação de uma complexa organização social na Comarca do Rio das Mortes. O desenvolvimento das atividades agropecuárias e mercantis representou uma possibilidade de ascensão para vários segmentos da sociedade. Nas vilas, espaços eram abertos para o investimento em atividades comerciais de todo tipo, assim como era produzida uma imensa camada que circulava com o objetivo de vender sua força de trabalho; no meio rural, a constante incorporação de terras e mão-de-obra tornava o acesso a este tipo de atividade disponível para um grande número de pessoas.

Neste trabalho estaremos observando essas transformações dentro do contexto urbano. Muitos são os estudos sobre o desenvolvimento da sociedade escravista no meio rural, e pouca atenção tem sido dedicada ao estudo do fenômeno urbano, este fato compromete seriamente a compreensão da dinâmica social mineira já que “Minas foi a capitania mais urbanizada da Colônia, e simultaneamente, aquela onde o sistema escravista alcançou maior pujança no século XVIII.”²

O aumento crescente das populações concentradas nos centros urbanos e o desenvolvimento de atividades como o comércio e a prestação de serviços geraram, nas Minas Setecentistas, uma maior liberdade de ação que se refletiu no cerne da pirâmide social escravista.

Havia uma proximidade entre senhores e escravos jamais vista em uma região de *plantation*, conseqüência, talvez, da presença de plantéis pouco numerosos, característica da Capitania. Segundo Francisco Vidal Luna, em 1804, para diversas localidades mineiras, a média de posse situou-se entre 2 e 3 escravos.³

Esta proximidade acabou moldando cumplicidades cotidianas e acordos implicitamente firmados. Ainda mais, se considerarmos que parte significativa dos proprietários

era constituída por pretos forros e seus descendentes livres e por brancos pobres, indivíduos que, em sua maioria, dividiam com seus escravos os espaços de trabalho, habitação e, até mesmo, de intimidade.

Os senhores eram muito mais dependentes do trabalho de seus escravos, para alguns estes eram a única fonte de sua renda. Assim, os cativos passaram a participar ativamente das trocas mercantis no interior das vilas e arraiais. As ruas serviam-lhes de base para o trabalho cotidiano, geralmente, ofereciam serviços de sapateiros, ferreiros, seleiros, alfaiates e barbeiros, dentre outras ocupações. Mas a maioria desqualificada aguardava oportunidades de serviços eventuais de carregadores, aguardeiros, prostitutas e mendigos.⁴

A mobilidade característica destas atividades permitia a construção de uma diversificada rede de relações pessoais e comerciais da qual os escravos extraíam vários benefícios, do pecúlio necessário para autocompra ao conhecimento e aquisição de condições básicas de sobrevivência no período pós-manumissão.

Sabemos que na Segunda metade do setecentos, a população forra cresceu sobremaneira. Em Vila Rica “no início do século XVIII, esse segmento representava 0,7% da população; ao passo que entre 1769 e 1773, essa presença havia subido para 14,9% e, no início do século XIX, ela atingia a casa dos 22,5%. Um fantástico crescimento de 3200%”.⁵ Segundo Eduardo França Paiva “na década de 1780 a população negra liberta e livre alcançou a marca de 103 mil indivíduos, o que equivalia a mais de 70% do conjunto município mineiro, chegando na primeira metade do século XIX, a ultrapassar a escravaria”.⁶

Os modelos que interpretam a prática da alforria no Brasil enfatizaram sobremaneira a importância do senhor nesse processo. Ora movido por interesses exclusivamente econômicos, ora por motivos sentimentais, esses modelos interpretativos acabaram atribuindo ao senhor, e somente a ele, a responsabilidade pela configuração do perfil do escravo manumisso: uma vez livres, estes escravos acabariam por alargar a camada da pobreza.

Porém, acreditamos que os cativos foram responsáveis pela conquista de suas liberdades e o fizeram através de várias estratégias que incluíam acordos, negociações e, até mesmo, a adoção de traços da cultura dominante. Segundo Manolo Florentino, “entre a última década do século XVIII e as primeiras do Oitocentos a maior parte dos escravos que alcançavam a liberdade pagavam pela alforria com suas próprias economias, ou com as de parentes, amigos ou com as de um benfeitor. Era um tempo em que os preços dos cativos ainda não haviam explodido, embora estivessem em constante aumento.”⁷

O que gostaríamos de destacar, neste momento, é a considerável predominância do elemento feminino no grupo dos forros. Em estudo sobre o arraial do Tejuco, Júnia Furtado encontrou um total de 387 forros, sendo que 63% era mulher e 37% homem⁸. Em pesquisa desenvolvida por Libby e Alencastro, sobre as alforrias na freguesia de São José Del Rei (freguesia contemplada em nosso estudo), entre 1750 e 1850, corrobora os demais estudos na medida em que encontram uma predominância feminina entre os forros durante todo o período; “as mulheres compunham 59,8% e os homens 40,2% dos indivíduos que receberam cartas de alforria; entre 1751 e 1799 as porcentagens correspondentes eram 60% e 40%; e de 1800 a 1847, 58,8% e 41,2%.As razões de sexo se computam da seguinte forma: 68 (1751-1847), 67 (1751-1799) 70 (1800-1847)”.⁹

Esta predominância de mulheres no grupo dos alforriados já foi explicada pela historiografia de diversas formas. O argumento mais corrente é que as escravas utilizavam seus atrativos femininos para seduzir seus senhores e manter com eles relações de concubinato e mancebia. O objetivo a ser alcançado com estes relacionamentos ilícitos era a própria alforria e a de seus filhos. Tal argumentação pode nos levar à conclusão de passividade e subordinação dos homens brancos frente aos truques sexuais de suas escravas ou a julgamentos condenatórios a respeito da conduta destas mulheres, o que não nos parece muito adequado, pois se levarmos em conta a escassez de mulheres brancas nas Minas Gerais Setecentistas

veremos que nestas uniões multirraciais não havia vítimas nem algozes, pelo contrario, eram acontecimentos quase que naturais.

Acreditamos que as mulheres tinham maiores chances de alcançar a libertação porque estavam mais envolvidas em atividades orientadas para o mercado interno como, por exemplo, a participação nas vendas de secos e molhados e a venda de produtos alimentícios nas ruas dos arraiais, assim, tinham maiores possibilidades de arrecadarem o pecúlio necessário para a compra de sua liberdade. Os dados de Libby e Alencastro endossam nossa afirmação, segundo os autores “até 1799, 65% das transações que libertavam mulheres envolviam pagamento, enquanto 68,2% dos homens tiveram que comprar suas cartas de alforria em São José”¹⁰. A pequena variação nas porcentagens nos leva a concluir que o gênero não influenciava o tipo de alforria concedida.

Outra questão que gostaríamos de destacar aqui é a designação racial e a origem das mulheres forras da Comarca do Rio das Mortes. Segundo Libby e Alencastro, em São José, os crioulos superavam os escravos africanos no que diz respeito à obtenção da alforria. Segundo os autores:

“Para o período de 1751-1799, os africanos representavam 37,4% de todos os escravos alforriados e os nativos, 62,6%. A partir de 1800, os nativos constituiriam nada menos que 85,1% dos libertos, enquanto os africanos, 14,9%. Para todo o período 1751-1847, os nativos representavam um pouco mais que dois terços (68,8%) dos ex-escravos e os africanos um pouco menos que um terço (31,2%)”.¹¹

Para a Comarca do Rio das Mortes como um todo, temos motivos para acreditar que esta situação era invertida. Apesar de desconfiarmos que os libertos estão subrepresentados, em uma tabela presente na documentação do Arquivo Ultramarino encontramos para a região 246 pardos forros e 667 pretos forro, em 1767. Sugerimos que o mercado favorável para a importação de escravos africanos durante todo o século XVIII somado a pré-disposição destes para o trabalho com mineração e agricultura foram pontos importantes para acreditarmos na superioridade numérica dos escravos africanos sobre os crioulos.

Em nosso estudo optamos por trabalhar com mulheres africanas forras porque em pesquisa feita no Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei encontramos maior número de documentos referentes a estas libertas. Embora não possamos quantificar ainda, tudo nos leva a crer que eram estas que se alforriavam mais, que tinham maiores condições de sobreviverem, e até enriquecerem no período pós-manumissão.

Sobre as 46 libertas que examinamos, uma outra característica se destacou: 86,9%, ou seja, 40 mulheres, eram de origem Mina. Este fato também foi explicado pela historiografia. Segundo Manolo Florentino, em trabalho já citado sobre alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista, “os forros afro-ocidentais – também chamados Minas – faziam-se presentes entre os alforriados nascidos na África em uma proporção de duas a três vezes superior à sua participação na escravaria africana”.¹² Para o autor, os Minas eram mais privilegiados quando se tratava de obter a liberdade e a conseguiam sobretudo por meio da compra.¹³

Segundo Sheila de Castro Faria, foram as mulheres minas que mais redigiram testamentos e tiveram inventários abertos em relação a outras mulheres forras de Minas Gerais, no período de 1730 a 1839.¹⁴

Diz-se que o privilégio das mulheres minas em se desvencilhar dos grilhões da escravidão era devido a sua beleza, admirada pelos europeus e utilizada por elas como arma de sedução. Os autores que trabalham com este argumento acreditam que a maior parte das alforrias, se não todas, passadas para as mulheres minas eram concedidas.

Contudo, os testamentos que analisamos nos levam a questionar a veracidade desta vertente historiográfica. Todas as pretas forras deixaram claro que deviam nada a seus antigos senhores, pois tinham pago o justo valor por sua liberdade. É o que diz no testamento de Rosa de Mello Costa:

“Fui escrava do sargento mor José de Mello Costa o qual não pode ser meu herdeiro nem eu convenho em que o seja, pois recebeu o importante de meu valor que foram trezentos e setenta e seis mil e oitocentos réis o que melhor consta de minha carta de alforria (...).¹⁵

Podemos verificar também, através das palavras de Joana Borges de Souza:

“(...) não tenho herdeiro nenhum nem meu senhor o é por haver recebido a importância da minha liberdade o que bem consta da carta de alforria que me passou”.¹⁶

Depois desta constatação, endossamos a opinião dos historiadores no que tange ao êxito das mulheres minas na busca da liberdade. Porém, acreditamos que as estratégias utilizadas para este fim eram de longe mais complexas e elaboradas que o ato sexual, apesar de não o desconsiderarmos, pois estas africanas lançavam mão de todos os recursos possíveis para se alforriarem, nós apenas não o imaginamos como determinante ou como o meio mais utilizado. Sugerimos, assim, como Florentino e Faria o fizeram, que a experiência mercantil acumulada pelos afro-ocidentais na África era o que provavelmente os tornava mais aptos a se libertarem e enriquecerem no Brasil Colônia.

É muito sugestivo a presença de bacias, tachos, tabuleiros, chocolateiras, fôrnas, balanças e outros utensílios utilizados na fabricação e venda de quitutes, registrados nos inventários das africanas forras de nossa pesquisa. Gracia Dias de Oliveira¹⁷, natural de Angola e moradora da vila de São João Del Rei, faleceu no ano de 1768 deixando vários bens avaliados em 1:645\$983. Entre seus utensílios estavam colheres e garfos de prata, tachos de cobre, garrafas de vidro, pratos de estanho, tabuleiros e balanças.

A presença do elemento feminino no pequeno comércio é algo de desenvolvimento recente pela historiografia. As justificativas para esta forte participação são buscadas, primeiramente, na observação das atividades desenvolvidas pelo sexo oposto. O emprego de enorme contingente masculino em trabalhos braçais leva a crer que não poderia ser diferente tal divisão de tarefas. Para outros autores, a explicação estaria em uma transposição da estrutura do comércio varejista africano para o Brasil Colonial.

Apesar da participação restrita nas atividades mercantis, as mulheres forras possuíam um poder que só foi detectado recentemente. Com seus tabuleiros, elas circulavam no interior das

vilas e arraiais levando seus quitutes aos lugares mais isolados, contribuindo assim para o abastecimento da região das Minas. Por outro lado, elas podiam garantir sua sobrevivência e quem sabe alcançar uma ascensão econômica.

O fato é que, na sociedade mineira, o trabalho representado pelo pecúlio foi responsável pelo aumento demográfico das africanas libertas. Portanto, acreditamos que a vida destas ex-escravas foi modulada pelo mercado e que as possibilidades encontradas no período pós-manumissão, as conquistas, a criação de um espaço e de uma cultura própria deste grupo, foram mediadas por este mercado.

¹ SAINT-HILAIRE, August de. **Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1974.

² SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p.264

³ LUNA, Francisco Vidal. **Minas Gerais: escravos e senhores**. São Paulo: IPE /USP: 1981. p. 133.

⁴ PAIVA, Eduardo França. **Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos**. São Paulo: Annablume, 1995. p.79

⁵ VENÂNCIO, Renato Pinto. **Compadrio e Rede Familiar entre as forras de Ouro Preto Colonial**. In: Congresso de Ciências Humanas, Letras e Arte, 5, 2001. Ouro Preto (Mimeo). P.5

⁶ PAIVA. Op. Cit. P. 91

⁷ FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista**: notas de pesquisa. In: Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, nº 5, setembro, 2002. p. 18.

⁸ FURTADO, Júnia Ferreira. **Pérolas Negras: mulheres livres de cor no Distrito Diamantino**. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

⁹ LIBBY, Douglas Cole; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **Reconstruindo a liberdade: Alforrias e forros na freguesia de São José do Rio das Mortes, 1750-1850**. Varia História: Julho, 2003.P.124

¹⁰ LIBBY; GRAÇA FILHO. Op. Cit. P. 131

¹¹ Idem, p.128

¹² FLORENTINO, Manolo. **Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista**: notas de pesquisa. In: Topoi – Revista de História do Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro: 7 Letras, nº 5, setembro, 2002. p.27.

¹³ Idem, p.28

¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. **Sinhás pretas: acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista**. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira; FRAGOSO, João Luís; CASTRO, Hebe de (orgs). **Escritos sobre história e educação: uma homenagem a Maria Ieda Linhares**. Rio de Janeiro: Mauad-FAPERJ, 2001. p.322.

¹⁵ Testamento de Rosa de Mello Costa, preta forra, 1760. Caixa 430, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.

¹⁶ Testamento de Joana Borges de Souza, preta forra, . Caixa 137, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei

¹⁷ Inventário de Gracia Dias de Oliveira, preta forra, caixa291, Arquivo do Museu Regional de São João Del Rei.